

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

1.1 A Unidade de Atendimento Integrado (UAI) consiste em um equipamento público destinado à centralização e otimização do atendimento ao cidadão, reunindo, em um único espaço, diversos serviços essenciais, com foco na agilidade, eficiência e melhoria da qualidade dos atendimentos prestados à população.

1.2 A implantação da UAI no Município decorre de exigência recente do Governo do Estado de Minas Gerais, a qual estabelece a necessidade de adequação do espaço físico para atendimento às diretrizes técnicas e operacionais exigidas para o seu regular funcionamento.

1.3 Ressalta-se que a Administração Municipal não dispõe de edificação própria com características adequadas para abrigar a referida unidade, razão pela qual foi necessária a locação de imóvel disponível no Município. Dentre as opções existentes, o imóvel selecionado foi aquele que apresentou melhores condições para adaptação, demandando menor volume de intervenções para viabilizar o funcionamento da UAI. ✓

1.4 Nesse sentido, surge a necessidade de contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de adequação do espaço, incluindo a instalação de divisórias em drywall, fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado, implantação de novos pontos elétricos e de cabeamento estruturado, execução de sistemas de prevenção e combate a incêndio, instalação de vidros fixos, portas e acessórios para as divisórias, pintura de toda edificação, além da realização de serviços de cabeamento de internet e limpeza final do ambiente, com o objetivo de atender às necessidades estruturais e funcionais da Unidade de Atendimento Integrado (UAI).

1.5 Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se indispensável para viabilizar a adequada implantação e funcionamento da Unidade de Atendimento Integrado (UAI), garantindo a organização dos ambientes, a segurança das instalações e a prestação eficiente dos serviços públicos à população, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL – PCA

2.1 A presente contratação não constava no Plano Anual de Contratações (PCA), uma vez que a exigência para essa instalação foi uma determinação recente pelo Governo de Minas.

2.2 A inclusão da dotação específica no orçamento municipal ocorreu no decorrer do exercício, viabilizando a execução da obra e configurando demanda superveniente não passível de previsão à época da elaboração do PCA.



2.3 Dessa forma, a contratação justifica-se pela disponibilidade posterior dos recursos e pela necessidade de promover em observância aos princípios da eficiência, planejamento e interesse público.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

3.2 prestação de serviços de confecção e instalação de divisórias, portas e respectivos acessórios, bem como para a execução de serviços de remanejamento, incluindo montagem e desmontagem de divisórias. Abrange, ainda, o fornecimento de peças e acessórios, a aquisição, fornecimento e instalação de sistemas de isolamento acústico, a elaboração e execução de projeto elétrico, além da realização de acabamentos em geral, incluindo serviços de pintura, bem como o fornecimento e instalação de materiais e equipamentos de combate a incêndio, em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes.

3.3 Trata-se de serviço não continuado.

3.4 A execução dos serviços deverá ser realidade em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente, com as recomendações técnicas e com as especificações e condições descritas neste termo.

3.5 A contratada deverá arcar com todos os custos e logística relacionadas ao serviço.

3.6 Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa contratada, com a utilização de todo o material de consumo necessário à execução, sem quaisquer despesas adicionais para a Prefeitura Municipal de Coromandel, não podendo ser cedidos ou subcontratados.

3.7 A duração inicial do contrato é de 3 (três) meses.

3.8 Além dos pontos acima, a contratada deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

3.9 A contratante deverá observar os seguintes critérios:

3.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

3.11 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

3.12 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;



- 3.13 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 3.14 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;
- 3.15 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 3.15.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
 - 3.15.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
 - 3.15.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 3.15.4 Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 3.16 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 3.17 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 3.18 A contratada deverá cumprir as seguintes obrigações:
- 3.19 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no aviso de dispensa eletrônica, seus anexos, no instrumento contratual e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 3.20 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos.
- 3.21 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 3.22 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 3.23 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 3.24 Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Coromandel/MG; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;



- 3.25 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;
- 3.26 Efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de uso, no prazo constante no Termo de Referência, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor competente;
- 3.27 Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 3.28 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;
- 3.29 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- 3.30 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 3.31 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Municipal da sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 3.32 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 3.33 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 3.34 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 3.35 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;



- 3.36 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 3.37 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 3.38 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 3.39 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 3.40 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.41 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 3.42 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 3.43 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 3.44 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 3.45 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade:
- 3.45.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 3.45.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



- 3.46 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 3.47 Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- 3.48 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 3.49 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 3.50 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 3.51 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 3.52 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 3.53 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 3.54 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 3.55 Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 3.56 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 3.57 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 3.58 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 3.59 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 3.60 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de



ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

3.61 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

3.62 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

3.63 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

3.64 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

3.64.1 Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

3.64.2 Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

3.64.3 Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

3.64.4 Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

3.64.5 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

3.65 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil,



conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

3.66 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

3.67 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

3.68 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

3.69 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

3.70 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

3.71 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

3.72 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

3.73 Em relação à execução da obra:



3.73.1 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

3.73.2 Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

3.73.3 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

4.1 Conforme planilhas e projetos anexados, é possível verificar o quantitativo de cada serviço listado:

4.1.1 Serviços de instalação de divisórias em drywall;

4.1.2 Instalações elétricas e cabeamento estruturado;

4.1.3 Serviços de pintura;

4.1.4 Prevenção e combate ao incêndio;

4.1.5 Esquadrias;

4.1.6 Serviços complementares.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para a execução da obra de divisão de ambientes em drywall, serviços elétricos, sistema de combate a incêndio e acabamentos em geral.

5.2 Considerando a natureza do objeto — obra de engenharia composta por serviços preliminares, instalação de divisórias em drywall, serviços elétricos e demais adequações necessárias — verificou-se que a execução demanda empresa especializada, com capacidade técnica comprovada, equipe multidisciplinar e responsabilidade técnica formalmente registrada.

5.3 Foram analisadas as seguintes alternativas: execução direta pela Administração, contratação de profissionais autônomos de forma fragmentada, contratação de empresa especializada para execução da obra, construção de nova edificação e locação de imóvel já adequado às necessidades da Administração, sendo que:



5.3.1 A execução direta mostrou-se inviável diante da inexistência de estrutura operacional própria suficiente no Município, tais como equipe técnica permanente, equipamentos e logística necessários para execução integral da obra.

5.3.2 A contratação fragmentada por etapas não se revela adequada, pois poderia comprometer a compatibilização técnica dos serviços, gerar conflitos de responsabilidade, dificultar a fiscalização e elevar custos administrativos.

5.3.3 A contratação de empresa especializada para execução integral da obra mostrou-se a alternativa mais eficiente, segura e economicamente vantajosa, garantindo unidade de responsabilidade técnica, melhor controle da execução e racionalização dos custos.

5.3.4 A construção de nova edificação não se mostrou viável no presente momento, considerando o elevado custo, o maior prazo de execução e a urgência na implantação da Unidade de Atendimento Integrado (UAI), o que inviabilizaria o atendimento tempestivo da demanda.

5.3.5 A locação de imóvel já adequado também foi analisada, porém verificou-se a inexistência de espaços disponíveis no Município que atendessem integralmente às exigências técnicas e operacionais da UAI, sendo necessário, portanto, optar pela locação de imóvel com melhor potencial de adaptação, ainda que demandando intervenções para sua adequação.

5.3.6 Quanto à forma de contratação, verificou-se que o valor estimado da obra se encontra dentro do limite legal previsto no artigo 75, inciso I, da Lei 14.133/2021, o que autoriza a contratação direta por dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia.

5.4 Dessa forma, considerando o valor estimado, a natureza do objeto e a existência de empresas aptas no mercado regional, conclui-se que a realização de dispensa eletrônica, com divulgação prévia, constitui medida adequada, assegurando competitividade, economicidade e atendimento ao interesse público.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

6.2 Valor Global: R\$ 130.355,40 (cento e trinta mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos). Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao ETP.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de adequação de edificação para abrigar a Unidade de Atendimento Integrado (UAI) do município de Coromandel/MG, contemplando a execução de divisórias de drywall, instalações elétricas e cabeamento estruturado, pintura de paredes e tetos, itens essenciais para combate à incêndio, troca de esquadrias e limpeza final da obra.



7.2 A concepção da solução considera o ciclo de vida do objeto, priorizando a utilização de materiais com durabilidade adequada, resistência ao uso contínuo e baixa necessidade de manutenção, atendendo aos princípios estabelecidos pela Lei 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento, eficiência e economicidade.

7.3 A abordagem adotada contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o planejamento e execução até sua utilização e manutenção futura, assegurando a funcionalidade e a longevidade das intervenções realizadas, conforme descrito a seguir:

7.3.1 Inicialmente, foi realizado levantamento técnico das condições atuais da edificação, com diagnóstico das necessidades e elaboração dos documentos técnicos, incluindo planilhas orçamentárias e demais peças necessárias à execução.

7.3.2 A execução dos serviços será realizada por equipes especializadas, em conformidade com as especificações constantes no memorial descritivo, projetos e planilhas, bem como em atendimento às normas técnicas vigentes, especialmente as expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. Durante essa fase, serão adotadas medidas de acompanhamento e fiscalização, visando garantir a qualidade dos serviços, a segurança dos trabalhadores e a adequada execução da obra.

7.3.3 A execução deverá ser feita por empresa especializada em engenharia, devidamente habilitada que deverá seguir o projeto básico, cronograma físico-financeiro e os demais documentos técnicos que compõem o processo licitatório.

7.3.4 A adoção de divisórias em drywall justifica-se pela agilidade de execução, racionalização de custos, menor geração de resíduos e facilidade de manutenção, configurando solução técnica compatível com o porte da intervenção e as necessidades da unidade. As instalações elétricas e o cabeamento estruturado são indispensáveis para o adequado funcionamento dos sistemas da unidade, contribuindo para a segurança, eficiência operacional e conforto dos usuários. Complementarmente, os serviços de pintura, substituição de esquadrias e implantação de itens de combate a incêndio são essenciais para garantir a adequação do espaço às normas de segurança e uso.

7.3.5 Após a conclusão das obras, inicia-se a fase de aproveitamento, que serão estabelecidos procedimentos adequados para que, o funcionamento do local, atenda às necessidades da população, proporcionando melhorias significativas na valorização do patrimônio público municipal.

7.4 Por meio dessa abordagem integrada, a solução considera todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde o planejamento até sua utilização, garantindo qualidade, segurança, funcionalidade e eficiência ao longo do tempo. Dessa forma, a solução adotada não se limita à execução imediata da obra, mas assegura sua durabilidade, viabilidade econômica e adequação ao interesse público.



8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O parcelamento da contratação é inviável tendo em vista que será necessária apenas a contratação de uma única empresa especializada em engenharia para a construção— sendo que, o mesmo terá o tempo de conclusão de 01 (um) mês.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 Melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão, com ambiente estruturado, organizado e funcional, possibilitando maior agilidade, conforto e eficiência nos serviços prestados;

9.2 Otimização dos fluxos de atendimento, com a adequada disposição dos espaços físicos, contribuindo para redução de filas, tempo de espera e retrabalho;

9.3 Promoção da acessibilidade e inclusão, garantindo que o ambiente atenda às normas vigentes, possibilitando o acesso adequado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

9.4 Valorização e bem-estar dos servidores, por meio de um ambiente de trabalho adequado, seguro, ergonomicamente planejado e com infraestrutura compatível com as atividades desenvolvidas;

9.5 Aumento da produtividade e eficiência operacional, decorrente de melhores condições físicas e organizacionais do espaço;

9.6 Padronização dos serviços públicos, alinhando o atendimento aos modelos de excelência preconizados para as Unidades de Atendimento Integrado;

9.7 Fortalecimento da imagem institucional, transmitindo maior credibilidade, organização e compromisso com a qualidade do serviço público.

Dessa forma, espera-se que a estruturação do espaço da UAI contribua diretamente para a melhoria contínua dos serviços ofertados à população, bem como para a valorização dos servidores e o aprimoramento da gestão pública.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 As providências administrativas necessárias à viabilização do atendimento da UAI (Unidade de Atendimento Integrado) divisão foram adotadas pela Administração Municipal. O setor responsável (gestão de obras) realizou o planejamento da intervenção, promovendo a elaboração dos estudos técnicos preliminares, definição da solução construtiva, levantamento de quantitativos, elaboração da planilha orçamentária com base em tabelas oficiais de referência, bem como a

confeção do Projeto Básicos e Planilhas Orçamentárias, documentos indispensáveis à formalização da contratação.

10.2 Além disso, foi verificada a disponibilidade orçamentária para execução da obra e definida a modalidade de contratação adequada, em conformidade com a legislação vigente.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 Não há necessidade de contratações correlatas, vez que já foram realizadas por esta administração.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 A execução das obras de adequação da edificação destinada à implantação da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) poderá acarretar impactos ambientais temporários, os quais devem ser devidamente identificados, avaliados e mitigados, de modo a reduzir seus efeitos sobre o meio ambiente e a comunidade do entorno. Dentre os principais impactos ambientais potenciais, destacam-se:

12.1.1 Geração de resíduos sólidos: a execução dos serviços poderá gerar resíduos como sobras de materiais de construção, embalagens, resíduos de drywall e demais insumos, os quais necessitam de gestão adequada para evitar a contaminação do solo e do entorno.

12.1.2 Consumo de recursos naturais: a realização dos serviços demanda o uso de recursos como água, energia elétrica e materiais diversos, podendo gerar impactos caso não sejam adotadas práticas de uso racional.

12.1.3 Emissão de poeira e ruídos: as atividades de instalação e adequação poderão gerar poeira e ruídos temporários, com possíveis incômodos à vizinhança e aos usuários do entorno.

12.2 Para mitigação dos impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas medidas preventivas e corretivas compatíveis com o porte da obra e com a legislação ambiental vigente, incluindo, no mínimo:

12.2.1 A adoção de medidas de controle ambiental durante a execução dos serviços, visando minimizar a emissão de poeira e ruídos, especialmente em horários compatíveis com o uso do entorno.

12.2.2 A implementação de práticas de uso racional de recursos naturais, com controle do consumo de água e energia elétrica.

12.2.3 A adoção de práticas adequadas de gestão de resíduos sólidos, incluindo segregação, armazenamento temporário, reaproveitamento quando possível e destinação final ambientalmente adequada.

12.2.4 A organização e limpeza contínua do canteiro de obras, evitando acúmulo de resíduos e garantindo condições adequadas de trabalho

12.2.5 A orientação dos trabalhadores quanto às boas práticas ambientais, incluindo o uso adequado dos recursos e o correto descarte de resíduos.

12.3 Considerando a adoção das medidas de mitigação propostas, a execução das adequações poderá ser realizada de forma ambientalmente responsável, minimizando impactos negativos e contribuindo para a sustentabilidade e adequada utilização do espaço público.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

13.1 Após análise dos aspectos técnicos, administrativos, econômicos e operacionais envolvidos na adequação dos ambientes da UAI (Unidade de Atendimento Integrado), atesta-se a viabilidade e a pertinência da execução do objeto proposto, com fundamento nos seguintes pontos:

13.1.1 Verifica-se a existência de necessidade concreta dessa unidade quanto à adequação do espaço destinado às atividades de atendimento ao público, atualmente sem delimitação, o que compromete sua plena utilização.

13.1.2 A solução técnica adotada foi definida com base em critérios de viabilidade construtiva, durabilidade e custo-benefício, tendo sido elaborada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras, composta por profissionais habilitados.

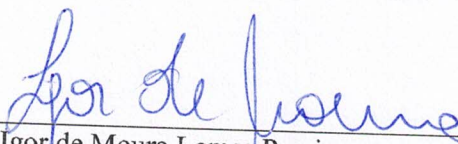
13.1.3 O projeto encontra-se em conformidade com a legislação vigente e com as normas técnicas aplicáveis à execução de obras de engenharia, assegurando regularidade, segurança estrutural e adequação funcional.

13.1.4 A intervenção apresenta custo compatível com o porte da obra e encontra respaldo orçamentário, demonstrando viabilidade econômica e adequada aplicação dos recursos públicos.

13.2 Diante do exposto, declara-se que a contratação é tecnicamente viável, administrativamente adequada e economicamente justificável, atendendo ao interesse público e contribuindo para a melhoria da infraestrutura da UAI (Unidade de Atendimento Integrado).

14. DATA E ASSINATURAS

14.1 Coromandel, 07 de abril de 2026.



Igor de Moura Lemes Pereira
Engenheiro Civil – CREA MG 212.932/D